

CRISE NO CONGRESSO

'É inevitável abrir o processo de cassação'

Dida Sampaio/AE-14/6/2000

Membro do Conselho de Ética, Jefferson Péres está convencido da culpa de ACM e Arruda

DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – Quebra do decoro parlamentar e crime de prevaricação – com esse diagnóstico o senador Jefferson Péres (PDT-AM) vai acompanhar os desdobramentos do escândalo da violação do painel de votação do Senado. Membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ele não tem mais dúvidas de que os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) têm igual e direta responsabilidade no episódio e acredita que o Senado já dispõe de elementos para pedir a abertura de um processo de cassação do mandato por quebra do decoro parlamentar. “Além de terem mentido, eles acobertaram o crime e não tomaram medidas para que o ilícito não se repetisse”, sentenciou. “Esse crime eles cometeram, crime de prevaricação.”

Em entrevista exclusiva ao Estado, o senador fez uma avaliação dura do caso que vem abalando a imagem do Legislativo. Na sua opinião, a acareação promovida pelo Conselho de Ética serviu apenas para consolidar a certeza de que a ex-diretora do Prodasen Regina Borges vem falando a verdade desde o momento em que decidiu confessar sua participação no caso e que os dois senadores vêm mentindo desde que trataram do assunto em público pela primeira vez. Para Jefferson Péres, são claros os indícios de que ACM tinha conhecimento da violação desde a sua origem, sentimento fortalecido pelo fato de o senador baiano não ter repreendido sua funcionária após receber a lista com os votos que cassaram Luiz Estevão. “Ele sabia de tudo.”

A figura franzina de Jefferson Péres contrasta com a autoridade que desfruta entre seus pares. Um dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso – segundo pesquisa anual do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) –, ele é apontado por outros políticos como uma das línguas mais ferinas e respeitáveis do Senado. Péres é econômico nos gestos, costuma falar baixo e com as mãos cruzadas sobre a bancada, mas é objetivo e claro, sempre vai direto ao ponto central da questão. Foi assim na acareação de quinta-feira, quando acusou: “Alguém está mentindo aqui”. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Estado – Qual a sua conclusão sobre a violação do painel de votação do Senado?

Jefferson Péres – Os dois senadores quebraram o decoro parlamentar de forma grave. Das duas uma: ou eles foram os autores intelectuais da violação do painel ou, se nós formos benevolentes e lhes dermos o benefício da dúvida, eles podem não ter sido os autores intelectuais. Mesmo nessa hipótese, os dois erraram gravemente, porque tomaram conhecimento e não puniram os funcionários nem tomaram nenhuma medida para que o sistema fosse aperfeiçoado, para se tornar menos vulnerável. Além do que, caíram em contradições e mentiram para o Senado. Isso é indecoroso.

Estado – Na sua opinião, qual o resultado da acareação?

Péres – Não mudou propriamente os fatos, mas consolidou convicções, na medida em que demonstrou, realmente, que a única versão convincente é a da funcionária Regina Borges. Serviu para isso.

Estado – Na sua opinião, os senadores deixaram de dizer toda a verdade?

Péres – Com certeza. Apenas para citar uma passagem, o senador Antonio Carlos havia me dito, em depoimento que li, que admoestara a dona Regina. Na acareação, quando ela disse que jamais fora



“A única versão convincente é a da funcionária Regina Borges

Hoje (sexta-feira), eu recebi mais de 200 e-mails de indignação e cobrança

O que vai pesar mais é a evidência de culpa de algo que deixou a todos estarecidos

Pode se arrastar (o processo), apesar da vontade dos senadores de dar celeridade a isso

É impossível usar uma fita métrica para dizer qual deles (ACM e Arruda) cometeu uma falta um pouco mais grave que o outro

admoestada por causa da lista, ele mudou a versão e disse que não, que a tinha admoestado por outra razão. Aí foi mentira dele, em primeiro lugar. Segundo, ao admitir que nunca a admoestou, ele então tornou claro e explícito que não tomou nenhuma medida contra o funcionário, nem mesmo uma branda admoestação. Ele não fez nada, o que é um indício muito forte de que ele sabia de tudo.

Estado – É o caso de pedir a cassação dos senadores? Ou será possível uma punição mais suave, como a suspensão do mandato?

Péres – Vamos aguardar o devido processo legal, em que eles terão o amplo direito de defesa, apresentarão novas testemunhas e pedirão novas diligências. Quem sabe surge um fato novo? Não se pode descartar a hipótese de surgir um fato novo. Hoje, a tendência é pela cassação. O que eles fizeram é suficientemente grave para que percam o mandato, porque macularam gravemente a imagem do Senado. Disso não há dúvida nenhuma. Além de terem mentido, acobertaram o crime e não tomaram medidas para que o crime não se repetisse. Isso é muito grave. Esse crime eles cometeram, crime de prevaricação, de omissão grave. Não precisa de provas, pois eles confessaram. A única dúvida que ainda pode ter na cabeça de alguns é se eles mandaram ou não a dona Regina fazer, mas esta é uma dúvida menor.

Estado – Há elementos, então, para a abertura de um processo pedindo a cassação dos dois?

Péres – É inevitável abrir o processo. Não estou dizendo que é inevitável cassá-los. Pri-

meiro porque durante o processo pode surgir um fato novo e, segundo, porque esta é uma casa política. Mesmo que se positivasse que eles são realmente culpados de um ilícito grave, ainda assim, a maioria política pode absolvê-los. Não posso fazer prognóstico de cassação, mas a abertura do processo é inevitável e não creio que seja outro o parecer do senador Saturnino Braga.

Estado – Nas últimas semanas, os políticos têm falado sobre um eventual acordo entre os partidos para livrar os dois senadores da cassação e proteger o presidente do Senado, Jader Barbalho. Há espaço para um acordo assim, numa casa política?

Péres – Ouvi falar apenas na forma de boato. Impossível não é, mas não me parece provável porque seria uma coisa tão indecorosa, tão desmoralizante para todo o Senado e para toda a classe política... A reação da sociedade seria muito grande e os senadores têm conhecimento disso. Mesmo que haja uma tentativa de arranjo neste sentido, dificilmente se viabilizará. Hoje (sexta-feira), eu próprio recebi mais de 200 e-mails de indignação e cobrança. Isso deve estar acontecendo com outros membros do conselho e com os outros senadores. Não quer dizer que nós devamos cometer injustiças. Se eu tivesse algum elemento de convicção para absolver os dois eu absolveria, apesar da pressão da opinião pública. Mas as duas coisas se casam: a posição deles é muito frágil, porque eles efetivamente quebraram o decoro e não há quem possa negar isso. Por outro lado, há a pressão da opinião pública.

Estado – Seria possível

Estado – Qual a repercussão desse episódio para a imagem do Legislativo?

Péres – A imagem do Legislativo, que já não é boa, deve ter caído muito mais com este episódio. Cairá, descerá próximo de zero, se não punirmos os dois senadores de alguma maneira. Se as punições forem aplicadas, esse período de baixa será recuperado mais adiante. A população vai reconhecer que o Senado fez o que devia e vamos recuperar ao menos parcialmente o prestígio da instituição.

Estado – O que vai pesar mais na decisão do Conselho e do plenário: a pressão da opinião pública, a pressão da mídia ou o fato em si?

Péres – O que vai pesar mais é a evidência de culpa de algo que deixou a todos estarecidos. Em segundo lugar, a pressão dos cidadãos comuns, de famílias, parentes, eleitores, essa pressão surda que não transborda para as ruas, é como um rio subterrâneo. A pressão da mídia fica em último lugar. Há parlamentares para quem a pressão da mídia é contraproducente, muitos que reagem contra isso e tendem a votar de forma diferente do que a mídia exige. A evidência de culpa e a gravidade do delito vêm em primeiro lugar.

Estado – Dá para concluir o processo com rapidez ou este caso vai se estender por mais tempo?

Péres – Pode se arrastar, apesar da vontade dos senadores de dar celeridade a isso. Não é nem pelo desejo de cassar, mas para livrarem-se disso logo e restabelecer um clima de normalidade no Senado. Todos estamos ansiosos por isso, porque este fato é constrangedor e foi muito aborrevante das nossas atenções e preocupações. Todos têm in-

teresse em apressar, mas a defesa vai tentar protelar até na esperança de que, atenuada a pressão popular e da mídia, eles tenham um julgamento num clima menos adverso.

Estado – O Senado deveria tomar alguma medida prática para mudar seu sistema de votação?

Péres – Sim, procurando os meios técnicos para aperfeiçoar o sistema e extinguir o voto secreto. Pesando os prós e contras, o custo-benefício, creio que é melhor o sistema de voto aberto. Talvez seja melhor aguardarmos um pouco, para não decidirmos por força de uma circunstância e não tomarmos uma medida casuística. Eu, em qualquer circunstância, apoiarei a mudança para o voto aberto.

Estado – O escândalo do painel é menos grave que o desvio de dinheiro público?

Péres – Do ponto de vista legal, a violação do sigilo é muito menor, menos grave do que roubar dinheiro público. Do ponto de vista ético, quebrar o sigilo para verificar como os outros votaram e fazer isso sabe-se lá com quais intenções e ainda gotejar nomes de senadores pela imprensa, é extremamente grave, tanto quanto furtar ou roubar.

Estado – Que lição o senhor tira deste episódio?

Péres – Todos esses episódios de desvios éticos dão sempre uma lição para todos. Os políticos são tão tolerantes de um modo geral, com isso, que a lição é que, na vida de qualquer pessoa, nada compensa praticar atos antiéticos. Não vale a pena, pois o custo é muito alto quando o deslize vem à tona. A lição vale para os que não são éticos. Os que são, já aprenderam.